

Conselho ganhará um perfil político

BRASÍLIA — De acordo com os parlamentares que elaboraram a LDB, o grande mérito do projeto reside na visão democrática e participativa que estabelece para a educação brasileira. Segundo os deputados, a maior conquista está expressa no Conselho Nacional de Educação, que deixa de ser composto pelo livre arbítrio do presidente e ganha perfil partidário.

Entre os principais pontos, destaca-se o Conceito Educacional, que amplia o conceito de educação ao estabelecer que os processos formativos se desenvolvem também no trabalho, na vida familiar, nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais.

A LDB reparte responsabilidades. Pelo projeto, a União será responsável pela educação pública de nível superior e técnico. Os estados pela educação infantil, do ensino fundamental e médio. Os municípios também terão responsabilidade sobre a educação infantil e o ensino fundamental. A União ajuda financeira e tecnicamente estados e municípios de maneira a evitar desigualdades regionais.

Pela LDB, as escolas privadas terão de observar critérios rigorosos. Entre outros princípios, elas cumprirão as normas gerais da Educação Nacional; receberão autorização e serão submetidas à avaliação de qualidade pelo poder público; e demonstrarão a participação da comunidade docente na definição de orientações pedagógicas.